**INFORMAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DE RECLAMAÇÕES**

**Ao abrigo dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril**

**REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD) DA UNIÃO EUROPEIA (UE)**

São fornecidas as seguintes informações sobre o tratamento de dados pessoais transmitidos à Empresa:

**1. Responsável pelo Tratamento de Dados e Proteção de Dados**

O Responsável pelo Tratamento de Dados é a empresa **MARCOLIN PORTUGAL – Artigos de Óptica, Unipessoal, Lda.**, NIPC 502 671 777, com sede em Rua Quinta das Conselheiras, n.º 2-B Loja, Monte da Caparica, 2825-146 Caparica, Portugal (por uma questão de brevidade designada "a **Empresa**").

Atenta a actividade comercial desenvolvida pela **Empresa** e as operações que realiza, a mesma não se encontra obrigada à designação de Encarregado de Protecção de Dados.

A **Empresa** nomeou como seu representante, em matéria de tratamento de dados, JOÃO DANIEL DIAS MARQUES, que pode ser contactado através do endereço jmarques@marcolin.com

**2. Tipo de dados tratados, finalidades e base jurídica para o tratamento**

Os dados pessoais (nome e contactos) apresentados por quem venha a apresentar reclamação junto da **Empresa**, são recolhidos e tratados com o propósito do tratamento dos respectivos pedidos (reclamações, pedidos de informação e cumprimento de quaisquer obrigações legais relacionadas).

Muito embora a **Empresa** não o solicite, caso o interessado venha a fornecer quaisquer dados de saúde (como por exemplo dados relativos a alergias, efeitos dos produtos, etc.) os mesmos serão tratados mediante o consentimento expresso do titular dos dados.

A finalidade para o tratamento dos dados é, portanto, a do cumprimento de obrigações contratuais e legais, bem como a do envio de informações comerciais por e-mail, a qual a **Empresa** se obriga a respeitar, nos termos impostos pelo art. 46.º da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto.

**3. Divulgação de dados a terceiros - Destinatários dos dados**

A **Empresa** poderá divulgar os dados recolhidos, sempre que, no quadro das referidas finalidades, tal se mostre necessário. Concretamente a: a) funcionários ou prestadores de serviços da **Empresa**; b) outras sociedades visadas ou cuja intervenção se tenha por necessária no âmbito do pedido/reclamação apresentada; c) companhias de seguros.

**4. Transferência de dados para países terceiros**

A **Empresa** não adopta uma política de transferência de dados para países terceiros.

Contudo, caso tal se venha a ter por necessário, a transferência dos dados recolhidos para países terceiros será efetuada de acordo com as normas relativas à transferência de dados para países terceiros aplicáveis no momento da transferência.

**5. Métodos de processamento e tempos e critérios de retenção de dados**

Os dados tratados, seja em formato impresso ou digital, serão conservados pelo período necessário para a realização das finalidades acima indicadas e, após o cumprimento desses fins, pelo prazo fixado por lei relativo à conservação de documentos contabilísticos, contratos e dados administrativos e prazo de prescrição e caducidade que se possam ter por aplicáveis. Os dados para a transmissão de comunicações comerciais serão utilizados até que o titular dos dados retire o consentimento.

**6. Transmissão de Dados**

A **Empresa** processa a transmissão dos dados quando obrigatória para a realização do contrato e para fins legalmente previstos. Pelo que, a não transmissão de dados tornará impossível o cumprimento das finalidades acima referidas.

O consentimento para o tratamento é obrigatório quando estejam em causa dados de saúde. O não consentimento tornará impossível a gestão e processamento da reclamação.

**7. Direitos da pessoa em matéria de dados, retirada de consentimento e reclamação à Autoridade competente**

O titular dos dados tem o direito de solicitar o acesso aos seus dados pessoais, retificação, cancelamento e restrição dos dados, de se opor ao tratamento e de exercer o direito à portabilidade dos dados a qualquer momento, sempre que, comprovadamente, a mesma se mostre justificada, legalmente admissível e não prejudique ou faça perigar a execução e o exercício de direitos conexos com os contratos celebrados. Bem como o de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que essa retirada de consentimento não afeta a licitude do tratamento realizado anteriormente.

Em caso de infração pela **Empresa**, assiste ao titular dos dados o direito de apresentar queixa junto de uma autoridade de controlo, nomeadamente no Estado-Membro da sua residência habitual, local de trabalho ou local da alegada infração.

No caso de Portugal, sem prejuízo do direito de apresentação de queixa à CNPD, o titular dos dados poderá recorrer a meios de tutela administrativa, designadamente de cariz petitório ou impugnatório, para garantir o cumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

**8. Perfis e processos automatizados de tomada de decisão**

O processamento não é realizado utilizando processos de tomada de decisão automatizados (por exemplo, perfis).

**9. Contactos e perguntas**

Envie um e-mail para o endereço indicado a seguir para receber a lista completa dos representantes designados para cada área e atividade e dos Processadores de Dados, para obter mais informações sobre a transferência de dados para países fora da UE, sobre os mecanismos e a proteção da transferência de dados, retificação, cancelamento, restrição, objeção, portabilidade: infoportugal@marcolin.com.